

# Maria Jurema de Moura Maria Helena de Paula Frota\*

## Dilacerando os fios, tricotando às avessas, construindo a trama:

mulher, tráfico de drogas e prisão.

**RESUMO:** O tráfico de drogas constitui o segundo negócio mais rentável do mundo, com características de permanência e de constituição à vida paralela ao mercado formal de trabalho. Economicamente, existe nova alternativa de subsistência, com características e valores próprios. A adesão de mulheres, nessa "atividade", é, nos últimos anos, progressiva, mudando as estatísticas de 32,6% em 1988, para 56,1% em 2000. No Estado do Ceará, em 1997, havia, só em Fortaleza, 1.452 homens presos e 105 mulheres, das quais 55 condenadas por tráfico de drogas, representando 52,4%. Entre outubro de 2003 a agosto de 2004, período da nossa pesquisa, constatase que, de 217 reclusas, 134 estavam presas por tráfico de drogas, alterando a estatística para 61,8%. Essa realidade instiga a pesquisadora a investigar e analisar as inter-relações do tráfico de drogas com a crescente inserção de mulheres nessa prática tida como ilícita. O recorte espacial desta investigação é a penitenciária feminina do Estado do Ceará, Brasil, Instituto Penal Feminino Desembargadora Auri Moura Costa (IPFDAMC). O trabalho ora apresentado é um breve relato da nossa visita de campo, nosso encontro e perplexidade diante da aridez do cárcere, levantamentos de dados, entrevistas preparatórias para definir o critério de inclusão dos sujeitos da pesquisa, a metodologia aplicada, referencial teórico, enfim é um pouco do caminho que percorremos para compreensão do nosso objeto de estudo.

**Palavras-chave:**  
gênero, pobreza,  
tráfico de droga e  
prisão.

## Motivações para escolha do tema

Poucos ambientes humanos são tão tensos, intensos, férteis e fascinantes quanto o universo carcerário. Tudo ali é vivido integralmente durante vinte e quatro horas, até o cumprimento final da pena. Habitantes e transeuntes se movimentam em compasso alterado, em outra sintonia, para além da vida normal.

Como trabalhadora do sistema penitenciário cearense, na função de assistente social, participo desse contexto único, contudo, nem mesmo uma trajetória de mais de duas décadas, esgotou os horizontes de surpresas, interesses e envolvimento. Nesses anos, sempre que tive oportunidade, busquei enxergar por diferentes ângulos esse mundo, para melhor percebê-lo, apreendê-lo, aprendê-lo no que, de alguma forma, dissesse respeito aos problemas vivenciados pelos presos, funcionários, gestores e, a relação entre a sociedade e as prisões.

Compreender a lógica pela qual os presos se percebem, os espaços da prisão, as perspectivas dos funcionários, pelos escalões hierárquicos superiores da instituição, seus significados e o eixo ao redor do qual gravita a tarefa da ressocialização e outras questões, aparentemente crônicas, que se perpetuam no cotidiano dos presídios, sempre me mobilizam coração e mente.

Questionamentos acerca da finalidade da pena privativa de liberdade como prática social sempre me inquietaram, sobremaneira. Assim, sempre que pensava em aprofundar-me na complexidade deste mundo intramuros, propunha-me trabalhar questões relativas ao discurso oficial, às práticas institucionais relativas à recuperação do preso, às políticas públicas propostas para a área e desdobramentos.

Com essa motivação, ingressei no *Mestrado de Políticas Públicas e Sociedade*, da Universidade Estadual do Ceará (UECE), onde tive a oportunidade de cursar a disciplina *Gênero e Políticas Públicas*, que me aproximou da população carcerária feminina, até então estranha ao meu universo funcional, pois sempre trabalhara em presídios masculinos.

Decidi fazer visitas ao Instituto Penal Feminino Desembargadora Auri Moura Costa (IPFDAMC), única penitenciária do gênero no Estado do Ceará. Neste campo, novas questões se afiguraram para mim. Um fato em particular, contudo, despertou a atenção: o significativo número de mulheres presas por envolvimento em tráfico de drogas consideradas ilícitas. Fiquei verdadeiramente impressionada: as mulheres envolvidas com o tráfico de drogas representavam mais de 61% da população carcerária daquele presídio. Assim, na primeira visita ao presídio feminino, não tive mais dúvidas: qualquer que fosse a abordagem trabalharia com aquela população carcerária, pois ali estava o meu objeto de estudo.

Nos primeiros contatos com as reclusas, são perceptíveis particularidades que diferenciam da clientela com a qual, até então, trabalhara: reações, formas de verbalização, medos, desejos e esperanças eram expressos de forma peculiar,

freqüentemente, opostos ao *modus operandi* do ambiente de segregação masculina. Esse aspecto, embora depois fosse acomodado como secundário do recorte delineado para a presente pesquisa, é um fator motivador para a minha decisão em mergulhar, definitivamente, no estudo do mundo das mulheres reclusas.

À medida que me familiarizo com esse universo, no propósito de viabilizar o meu estudo, vejo, que o impulso que movimenta aquele ambiente é a desconstrução sistemática de qualquer coisa colocada em perspectiva para essas mulheres: um tricotar às avessas, em que movimento das agulhas dilacera o fio, enquanto tece a trama. As práticas institucionais assentam o fazer cotidiano em permanente rito de desfazer da trama.

O grande número de mulheres presas, em função do comércio ilegal de drogas, me incomoda, a tal ponto, que se torna transversal a praticamente todos os meus questionamentos sobre o ambiente carcerário, fazendo-se tema central da pesquisa. Assim, localizo nos fundamentos conceituais do trabalho de campo as seguintes palavras-chaves: *gênero, pobreza, tráfico de drogas e prisão*.

Entendo, contudo, que esses termos abarcam uma complexidade sociológica que não se esgota em uma pesquisa de mestrado. A investigação concentra-se no crescente número de mulheres presas e no que as motiva a entrarem nesse “negócio” do tráfico de drogas, que hoje movimenta uma das mais volumosas receitas em circulação no mundo globalizado de que participam economia, instituições, legislação, (pré) conceitos e hipocrisias da sociedade.

É oportuno ressaltar que a entrada do pesquisador em campo não é neutra, pois sempre entra, vinculado a alguém, a alguma instituição, a determinada instância, ocupando posições em relação às pessoas do local. Mesmo que o investigador não tenha sido convidado a pesquisar o local, alguém lhe permite a entrada; a convivência tem poderes e interesses em relação àquelas pessoas, o que define a posição que se ocupa na visão das pessoas do local, ainda que não se compartilhe dos mesmos poderes e interesses dos interlocutores iniciais, além do que, pesquisador/pesquisadas, no caso deste estudo, por exemplo, pertencem a estratos socioeconômicos diferentes.

Desta forma, investigadora e sujeitos da pesquisa vivem em mundos diferentes, inicialmente, sem correspondência de significado entre suas ações e normas, das quais não se compartilham. No caminho da descoberta, o pesquisador e os sujeitos são investigadores; os dois estão comprometidos com o trabalho de averiguar o sentido dos acontecimentos, as atividades e situações nas quais se encontram imersos e em confrontação.

## O campo e a pesquisadora - manifestação de dor no físico e na alma; marcas indeléveis.

Embora desenvolvesse atividade laboral na comunidade carcerária masculina, os primeiros contatos e o desenvolvimento do trabalho de campo, no IPFDAMC, foram estressantes. Ao final de cada reunião ou entrevista com as internas, invariavelmente, entrava em estado físico de exaustão, com sensação de que toda a energia tinha sido sugada; doía-me o corpo; a mente estava cansada, no resto do dia; não me sentia em condições de realizar qualquer outra tarefa.

Parece que aquela realidade e a forma de as mulheres presas relatarem sua dor, saudade, medo e esperanças, faziam-me entrar em decurso de adoecimento, sem saber claramente o que estava ocorrendo comigo, tampouco, por que meu corpo reagia daquela forma. Somente ao final do primeiro mês de trabalho de campo, pude aquietar-me e compreender que, antes de ser pesquisadora, sou humana, e, como tal, não posso deixar de ser sensível à realidade que me traz à tona todo o significado de algo que me diz respeito como mulher e cidadã. Exatamente no interior do presídio, observei, de forma cristalina, a expressão e o significado do ser mulher, revelados na maneira mais natural, espontânea, sofrida e primitiva.

A propósito, Soihet em seu estudo, ao reportar-se ao comportamento das mulheres do início do século XX, me chama a atenção porque parece reproduzir o comportamento das mulheres reclusas no IPFDAMC, expressa que

*... as mulheres populares, em grande parte, não se adaptavam às características dadas como universais ao sexo feminino: submissão, recato, delicadeza, fragilidade. Eram mulheres que trabalhavam e muito, em sua maioria não eram formalmente casadas, brigavam na rua, pronunciavam palavrões, fugindo, em grande escala, aos estereótipos atribuídos ao sexo frágil (2004, p.167).*

Assim, ao ter uma visão mais clara da realidade, fui aprofundando a análise e entendendo melhor o significado desse universo tão peculiar, com seus códigos, normas, repleto de subjetividade. Compreendi a manifestação da dor que me deixava no físico e na alma marcas indeléveis. A partir de então, o trabalho fluiu melhor, a inquietude foi amenizada.

## **Método utilizado na pesquisa; a tentativa de descobrir uma realidade rica e densa.**

As temáticas sobre prisão, mulher e tráfico de drogas são passíveis de grandes debates. Este estudo, longe de proporcionar idéias inovadoras, na área das ciências sociais, apenas se propõe a oferecer uma contribuição no entendimento do crescente envolvimento de mulheres no negócio das drogas. Assim, ao analisar o problema, tenciono contribuir para explicar aspectos dessa realidade, rica e densa, buscando estabelecer relação entre prisão-mulher-desemprego e tráfico de drogas.

O propósito é trabalhar, no sentido de que o objeto de estudo investigado e analisado transponha a fronteira da *communs opinia*, de tal forma que a análise, ancorada em referencial teórico e metodológico, transcenda o conhecimento empírico.

Desta forma, procedo à abordagem qualitativa, investigando o fenômeno, no contexto cultural e histórico onde se reproduz. O método qualitativo (NEVES, 1996, p.1), favorece o fato de o pesquisador estar mais preocupado com o processo social, buscando visualizar o contexto e, se possível, estabelecer relação empática com o objeto de estudo e, obviamente, melhor compreensão do fenômeno a ser estudado.

Ressalto ainda que, neste estudo, a metodologia privilegia o contato direto com a população carcerária, mediante técnicas de coleta de dados, com aplicação de questionários, entrevistas semi-estruturadas, grupos focais e pesquisa documental. A opção pela pesquisa qualitativa decorreu por entender que há uma relação dinâmica entre o mundo real e o sujeito, isto é, um vínculo indissociável entre o mundo objetivo e a subjetividade do sujeito, que não pode ser traduzido somente em números.

## **Aspectos éticos da pesquisa; salvaguardados direitos e protegendo privacidade.**

A ética exige comportamentos responsáveis do investigador, respeitando as particularidades dos informantes. O investigador precisa descobrir o papel e posição que o deixem à vontade perante os investigados que também se põem à vontade perante ele.

Os princípios éticos orientam no sentido de que, para realizar as entrevistas, é necessário considerar, em primeiro lugar, os informantes, salvaguardando seus direitos, interesses e sensibilidade, protegendo sua privacidade. Os

objetivos e o resultado do trabalho precisam ser participados aos sujeitos, e as gravações das entrevistas correram com autorização. Como assinalou Screccia, (1991), Garrafa, (1995), a preservação do anonimato é fator primordial para consecução da confiança e participação dos entrevistados.

Todos os preceitos éticos em todas as fases da pesquisa foram respeitados. É importante ressaltar que as pessoas envolvidas no estudo fazem parte de uma população vulnerável. São presidiárias, com um histórico de vida pessoal fortemente estigmatizado. São mulheres que temem expor seu pensamento de modo mais aberto, por medo de que suas falas possam trazer algum comprometimento aos processos judiciais ou que possam vir a sofrer algum tipo de represália.

Mantive o anonimato nas falas e, por sugestão das reclusas, conferi a cada uma, em substituição ao nome, a denominação de uma flor: Diziam as presas: ”o trabalho da senhora ficará perfumado”, e, é verdade, aqui estão, margaridas, jasmims, papoulas, violetas, enfim um *bouquet* das mais variadas flores, a dizer dos seus sofrimentos, alegrias e sonhos.

O cárcere é um espaço de punição, onde o clima é de desconfiança. É como se, a todo o momento, as reclusas estivessem pisando em terrenos minados. Na verdade, algumas presas convivem com o medo, em decorrência não só das normas punitivas da Instituição, como também do convívio com as companheiras de cárcere, o que, muitas vezes, para elas é uma situação perigosa.

Assim, a prisão sobressai como ambiente de sombras, de tocaias e emboscadas. Aparentemente, parece não haver amizades, cada uma pensa na própria sobrevivência. A pena, como ação individual, leva ao salve-se-quem-puder, no entanto, é preciso ressaltar que esse clima não é generalizado, existe também solidariedade para com os visitantes e também em relação às reclusas.

Diante dessa realidade, foram estabelecidas as seguintes atitudes:

- a) Desde o primeiro momento em que entrei no presídio, para as primeiras observações, visitei todas as alas, justificando minha presença e explicando o objetivo do trabalho. Apesar de ser funcionária do sistema penal, esclareci que ali me encontrava como pesquisadora;
- b) Expliquei o objetivo da pesquisa, convidando todas a participarem, sob condição única: só participariam as mulheres em reclusão por tráfico de drogas;

c) Outro ponto é a livre escolha, participação é voluntária, ou seja, só para quem tivesse interesse. Aderiram ao grupo 20 reclusas;

d) Nas primeiras reuniões, estabelecemos um pacto de respeito e confiabilidade; ou seja, as questões discutidas, principalmente no que se refere aos relatos pessoais, ficam no grupo. Os depoimentos foram gravados com a prévia autorização da informante.

Assim, diante do que foi pactuado, iniciei o trabalho, procurando sempre respeitar os valores culturais, sociais e éticos, bem como os hábitos e costumes da comunidade carcerária, inclusive a “*ética prisional*”, com seus códigos e linguagens.

## **O cárcere - ambiente humano tenso, intenso, fértil e fascinante.**

As condições de trabalho de campo, no interior de um presídio, são difíceis e complexas. E não me refiro às características específicas do lugar, com pouca ventilação, iluminação precária, falta espaço para reuniões, mas, principalmente, o que significa pesquisar no espaço prisional, como, por exemplo, o medo quando os pesados portões se abrem e se fecham, com ruído de causar arrepios. Não pude desconsiderar o clima de desconfiança que reina entre as presas, uma vez que nova presença sempre fica no campo da incerteza, da suspeita e, somente com o passar dos dias, isso é superado. Sem dúvida, o cenário de investigação de campo é problemático e humanamente difícil, no entanto há também espaço para o riso e a brincadeira, o que, ameniza a dureza do cárcere.

O campo é a unidade prisional da estrutura organizacional da Secretaria de Justiça do Estado do Ceará – SEJUS, localizado no Município de Aquiraz, há aproximadamente 22 km de Fortaleza, ao lado do maior presídio masculino do Ceará, Instituto Penal Paulo Sarasate – IPPS. O presídio feminino foi construído em 2000, antes, como a maioria dos presídios femininos brasileiros, em que havia uma vinculação religiosa, funcionava em um prédio das freiras da Congregação Bom Pastor.

O novo presídio, no que diz respeito à estrutura física, condiz com as normas mínimas de exigência do que se preconiza para um ambiente prisional, no entanto, embora tenha projeto arquitetônico moderno, já apresenta inúmeros problemas, entre os quais os mais graves, são número de celas insuficientes e a escassez de água, os poços, que não apresentam vazão suficiente para suprir a demanda.

O presídio é projetado para abrigar 134 presas, mas até a conclusão desta pesquisa contava com uma população de 217 internas, com 83 mulheres além da capacidade. O presídio apresenta-se como uma verdadeira fortaleza - muro de mais de cinco metros de altura e com seis guaritas de segurança com policiais civis que cuidam diuturnamente da segurança.

A unidade penal feminina acolhe as presas indiciadas<sup>1</sup> e sentenciadas<sup>2</sup> do Estado do Ceará, tendo como missão a difícil tarefa de aplicar a correta efetivação da sentença ou decisão criminal e tencionando ainda, proporcionar condições para que a interna possa retornar ao convívio social, sem infringir a norma legal.

O acesso ao presídio não é fácil. Logo à chegada, há enorme portão onde policiais armados fazem a primeira abordagem para identificação do visitante mediante apresentação de documentos e, via de regra, é feita vistoria do carro do visitante. Por fim, o visitante informa o presídio aonde deseja se dirigir, e, logo após, os policiais, pelo rádio, comunicam aos colegas sobre a visita a ser procedida.

À entrada, um enorme portão se mantém aberto, todo o dia, dando para a sala de recepção, ali se encontram policiais masculinos e femininos e é o segundo bloqueio à entrada de qualquer pessoa. Nova identificação é feita. A entrega dos documentos é obrigatória e a direção do presídio é comunicada sobre o visitante, oportunidade em que é ou não autorizado o acesso. Em caso positivo, o visitante é submetido a revista, se desfaz de pertences e, somente após esses procedimentos, é liberada a entrada. Após a revista, novo percurso, mais um portão com enormes cadeados; ao lado, escadas conduzem ao andar superior, onde funciona a parte administrativa, e o sistema de vigilância é monitorado por câmeras: é o olho mecânico e vigilante do sistema.

Para chegar ao interior do presídio, mais um portão, após longo e largo corredor que separa os pavilhões, onde ficam as celas. No início, de um lado, a parte de atendimento à saúde, do outro, salas dos advogados, assistentes sociais, sociólogos, alojamento das agentes prisionais e o parlatório<sup>3</sup>. À frente, a padaria, cozinha e salas de alojamento das agentes prisionais e o parlatório. Adiante, cozinha e salas onde funcionam ateliês de costura, artesanato, bordados e cursos profissionalizantes.

A cozinha é industrial, onde trabalham aproximadamente sete presas e um funcionário supervisor, que também cuida do almoxarifado. As condições de higiene carecem de maior atenção, quanto à qualidade e sabor da alimentação, (pessoalmente fiz refeições, algumas vezes). Estas são razoáveis, no entanto, as presas sempre reclamam e dizem que a comida não tem bom sabor, é muita gordurosa, chega fria e é pouco variada.

<sup>1</sup> Indiciada: pessoa que, num processo criminal, é considerada ou declarada criminosa, para ser pronunciada e julgada.

<sup>2</sup> Sentenciada: diz-se da pessoa condenada por sentença.

<sup>3</sup> Parlatório: local onde as presas recebem visitas, atendimento de advogados, comissões, direção do presídio etc. Espaço dividido por grades e telas entre a presa e o visitante



Os alojamentos ficam dispostos nas 04 alas, com celas individuais, todavia, no momento, em face da superlotação, estão ocupadas por mais de uma presa. As celas são relativamente bem cuidadas; cartazes e fotos de artistas compõem o cenário; no pátio interno, cordas, com roupas a secar; na área coberta, um televisor em volume alto, se junta às falas e gritos das mulheres; é um barulho enlouquecedor, de modo que a impressão é de que algo muito grave se passa por ali.

Em meio a esses sons, pode-se distinguir o do presídio em predomínio, um som metálico, que, vem dos portões de ferro ao abrir e ao fechar, barulho de correntes, chaves e cadeados. No presídio não há um cheiro, são cheiros que se misturam: vêm das frituras da cozinha, dos esgotos, dos banheiros das celas; é algo indefinido. A luz do sol, embora intensa no pátio, não irradia em plenitude dentro das celas. O calor é insuportável, há pouca ventilação e ao final da tarde, ao esconder-se o sol, a temperatura torna-se mais agradável, no entanto há certo ar de nostalgia.

Nas celas, as reclusas, de formas diversas, reinventam seus espaços. Elas tentam delimitar seu território. Algumas decoram com objetos trazidos pelos familiares e amigos, enquanto outras guardam pequenas coisas que adquirem no decorrer da reclusão e que lhes trazem algum sentido de individualidade: são santinhos, fotografias de atores, cantores, recortes de revistas etc. As internas têm um ritual a cumprir: saem das celas às 6 horas, recebem quatro refeições diárias e, às 17 horas, são obrigadas ao recolhimento.

Existem quatro celas de triagem, 30 celas na ala A, 30 na ala C e dez celas de segurança máxima na vivência B. Dentre estas celas, existe uma que é utilizada para castigo, para presas que descumprem as normas da Instituição. As presas, pelo desconforto daquele espaço, a denominam de “*cu-da-cobra*”. Essa terminologia foi incorporada até pelos funcionários do presídio.

A lavanderia coletiva atende a toda a comunidade carcerária. Uma fábrica de sabão e detergente absorve a mão-de-obra de cinco presas, lá se produz material para consumo próprio e para outras unidades prisionais.

Existe uma escola, com três salas, onde funcionam os cursos de alfabetização, 1<sup>o</sup> a 4<sup>a</sup> série (primeiro segmento) e da 5<sup>a</sup> a 8<sup>a</sup> série (ensino médio). Atualmente 120 presas estão freqüentando com regularidade os cursos oferecidos no presídio. Como atividade complementar, são oferecidas aulas de costura, bordado, crochê, artesanato, confeitarias e outros cursos “profissionalizantes”, mediante projetos.

Poucos programas de reabilitação estão disponíveis para as presas. Os programas de qualificação para o trabalho são escassos e as oportunidades para cursos profissionalizantes e atividades laborais no interior do presídio são limitadas. Apenas um pequeno número de reclusas tem acesso ao trabalho que, por excelência, é de natureza artesanal. Nos últimos anos, algumas empresas oferecem trabalho, no ramo de confecção, mediante facções, mas, durante o período da pesquisa, apenas uma empresa oferecia esse tipo de trabalho.

É oportuno ressaltar que há um grande interesse das presas pelo trabalho, pois, uma vez trabalhando, há remissão da pena, recebem uma pequena remuneração que permite, mesmo de forma precária, ajudar a família, por consequência, a visita é torna-se mais assídua.

As mulheres com filhos recém-nascidos ou até seis meses dispõem de uma creche, com capacidade para 10 crianças. A creche funciona em prédio anexo. As reclusas, ao parir, ou com filhos em período de aleitamento materno são transferidas para a creche, por um período de seis meses.

Sobre esse ponto, julgo oportunas algumas considerações: as mulheres na convivência com filhos criam laços fortíssimos, pois eles são a representação do afeto e do amor, sentimentos pouco perceptíveis no interior do presídio. Ao completarem seis meses, as crianças são desligadas e transferidas para creches estatais ou para o convívio de familiares. É o momento da separação, sempre difícil e vivenciada com dor e revolta. As mulheres, invariavelmente, não aceitam a separação, embora as crianças saiam com a promessa de semanalmente voltarem no dia da visita para ficarem na companhia da mãe por algumas horas.

Nas visitas, às quartas-feiras e domingos, as internas podem receber familiares e amigos. Existe no presídio espaço próprio para acolher os visitantes. As mulheres, independentemente de orientação sexual, têm direito a visita íntima; para tanto, existe um “*venustério*”, com dois espaços reservados aos encontros íntimos. O Estado do Ceará é um dos poucos Estados do Brasil onde os presídios dispõem desse espaço.

## **Seleção dos problemas - revelação de igualdades e diferenças**

Em sua maioria, as mulheres reclusas estão indiciadas ou condenadas por tráfico de drogas. Tal fato me leva a indagações, me inquieta e motiva a querer investigar o significativo crescimento desse segmento dentro do presídio. A investigação é a mim favorável por ser funcionária do Sistema Penal, no entanto,

tem aspectos positivos e negativos. Positivos: a realidade não é escamoteada. Evidencio que, geralmente, à chegada dos visitantes no presídio, há certo “maqueamento”. O trânsito é monitorado e as interlocuções com as internas são acompanhadas pelas agentes prisionais. Todavia, para mim, a realidade é exposta sem esses mecanismos e meu trânsito, no interior do presídio, é relativamente livre.

No que se refere aos aspectos negativos, há algo inevitável, a minha identidade, pertença a uma classe social diferente e sou agente institucional, assistente social e advogada, represento, de certa forma, a “Lei”. Destrate, pelo fato de trabalhar com pessoas em conflito com a Lei é natural que as presas suspeitassem assim dos meus propósitos, pois na verdade, tanto elas quanto eu mantínhamos mutuamente uma relação conflituosa, que envolvia a um só tempo, suspeita e cumplicidade.

Na primeira visita como pesquisadora, passei pela revista, ritual obrigatório para quem pretende adentrar o presídio. Deixei alguns dos meus pertences, ficando apenas com gravador, papel, caneta e agenda, materiais necessários ao trabalho. A direção já me havia autorizado a iniciar a pesquisa. Uma agente prisional me conduziu ao interior do presídio onde ficam os pavilhões; daí, em diante fui sozinha.

Por largos e longos corredores, observei do outro lado das grades, mulheres coladas umas às outras, na tentativa de encontrar, entre as frestas, espaço para serem percebidas. Assustadas, com ar de preocupação e desespero, falam todas ao mesmo tempo. Não compreendia suas falas e fiquei observando seus semblantes. Não sabia bem, mas eu imaginava o que queriam: notícias do mundo lá fora. Minha presença representava, o outro lado do muro, a rua, o vínculo que para elas era a um só tempo, passado e presente.

Nos primeiros dias, fiquei na fase de observação. No decorrer dessa fase, enfrentei a primeira dificuldade: algumas internas me conheciam sabiam do meu trabalho como assistente social e queriam atendimento com a técnica, ou apenas conversar, desabafar. Era impossível não participar, não me envolver com aquelas pessoas, não desenvolver um processo de escuta.

Ao ouvir as histórias de vida das reclusas e as circunstâncias em que haviam sido perpetrados os delitos, via-me por alguns instantes, transposta para seu lugar, e indagava se, nesse mesmo contexto de vida daquelas mulheres, não teria procedido da mesma forma.

Prosseguia a visita, explicando a técnica de trabalho a ser utilizada, no caso, informei minha opção em trabalhar com grupo focal e que, nesse grupo, pode participar quem tem interesse. O único critério, para além do

interesse, é que as prisões tenham sido motivadas tráfico de drogas. Ficava assim, definido o critério de inclusão dos sujeitos da pesquisa.

Destarte, a seleção das participantes, mulheres que cometeram delito por tráfico de droga, define o objeto de estudo. Com efeito, há, entre os membros, acentuada homogeneidade. Os dados referentes a idade, origem étnica, estado civil, religião e classe social, além de enriquecer o trabalho pela oportunidade da revelação das igualdades e diferenças, a multiciência de informações, viabilizam traçar o perfil das presas.

Ao iniciar as atividades com grupo de 20 presas, compreendo que não é fácil o papel de pesquisadora, sendo funcionária, sobretudo assistente social. Desta forma, nos primeiros encontros expliquei exaustivamente meu papel, por sentir que elas queriam respostas para os problemas que as afligiam, e viam em mim a possibilidade de encontrar soluções.

Ante essa situação, percebi que elas careciam, de motivação para participarem de forma efetiva da pesquisa. Havia forte evidência de que queriam uma contrapartida. Para atendê-las e não me desviar do objetivo da pesquisa, optei por sistematizar a questão da seguinte forma:

- a) Nos primeiros 20 minutos do grupo focal, elas enumeram os problemas que mais incomodam. Uma representante de cada ala traduzia essas questões. O grupo elegeu a necessidade comum e de mais urgência. Dessa forma o trabalho foi realizado de forma participativa;
- b) Dada a prioridade, ou seja, escolhido o “grande problema”, conforme elas denominam, eram apontadas as possíveis saídas; vale ressaltar que as soluções dos problemas foram discutidas no grupo; às grandes questões sempre se reportavam; as dificuldades de suas famílias, filhos menores abandonados ou sem uma assistência, a falta de perspectiva de trabalho quando do retorno ao convívio social, dificuldade de comunicação com o mundo externo, telefone quebrado, alteração do horário de recolhimento, falta de assistência à saúde e medicação;
- c) Ao final, foi elaborado um relatório, cabendo-me encaminhá-lo às autoridades competentes para solução. O trabalho resultou na elaboração de dois relatórios e um abaixo-assinado, enviados ao coordenador do Sistema Penal. Mediante o documento, a Instituição efetivará soluções possíveis, algumas demandas relativas a questões administrativas, como alteração de horário de recolhimento, falta de medicação, entre outras, foram encaminhadas diretamente para a Direção do presídio.

No total foram realizados 16 encontros. Após o tempo dedicado ao “grande problema” da semana, iniciou-se a discussão sobre o tema que envolve o objeto de estudo. Onze narrativas de discussões do grupo foram gravadas em fita cassete, transcritas posteriormente.

Convém salientar que, em função da natureza da Instituição, as presas sempre chegam desconfiadas. Por isso, após conquistar a confiança de todas, é que passei a gravar as reuniões, exatamente após o quarto encontro. Sistematizado o trabalho, em que tinha respostas para os problemas do cotidiano das reclusas, foi possível desenvolver a pesquisa com maior tranquilidade e rigor.

Merece destaque, o fato de as presas ter compreendido a importância de coletivizar os problemas, para depois buscarem soluções. Neste sentido, surgiu a idéia de criar a Associação das Internas do IPFDAMC cuja semente, espero que possa efetivamente germinar. Essa experiência me leva a compreender que, por meio de um fórum de debates, é possível não só coletar dados, mas também possibilitar a elaboração de conhecimento e crescimento do grupo, na busca de saídas coletivas para superação dos problemas.

## **Fala das mulheres - gestualidade, explosão de dor e alegria; o registro na minha memória**

Segundo o desenho metodológico da pesquisa, de 217 mulheres, 134 são consideradas para o estudo. Alguns critérios são seguidos na escolha dos informantes: indiciadas ou sentenciadas por tráfico de drogas, observando ainda os seguintes dados sócio-demográficos: nacionalidade, idade, cor, religião, nível de escolaridade, número de filhos, quem cuida e sustenta os filhos, os motivos que levaram a entrar no mundo do tráfico de drogas, enfim, outros aspectos relevantes para traçar o perfil da mulher traficante de drogas.

Apliquei 96 questionários, 20 entrevistas gravadas, 18 participantes do grupo focal, cerca de 1.800 minutos de depoimentos gravados. Para fechar a pesquisa, se fez necessário pesquisar dados nos prontuários jurídicos e documentos da SUSIPE, tendo sido fundamental conferir os indicadores. Desta forma, atinge-se o universo da população presa por tráfico de drogas, a saber, 134 mulheres.

As entrevistas duraram, em média, 45 minutos. Enfrentei uma certa dificuldade para estabelecer controle mais efetivo, pois as perguntas envolviam histórias de vidas, fazendo-as recordar suas famílias, especialmente filhos, e as difíceis situações por que passaram e passam, o que, na maioria das vezes, levava à emoção e ao choro. O fato requereu de minha parte equilíbrio emocional e domínio da técnica de entrevista. Caso contrário, não teria atingido o objetivo proposto.

As entrevistas individuais sempre constituem ocasião singular, momento em que as internas falam sem veto, expressam todos os seus sentimentos de medo, revolta, solidão, saudade, esperança; a gestualidade, expressão de dor ao falarem da família, notadamente dos filhos, e, por vezes, explosões de alegria ao se reportarem à liberdade que se anuncia para breve, tudo fica registrado de forma definitiva na minha memória,

## O duplo aspecto do envolvimento das mulheres no tráfico de drogas

O papel do pesquisador não é neutro, e, especialmente na área das ciências sociais, em que os fenômenos têm caráter de constante recorrência. Frente à situação-problema, representada pelo crescente aumento de mulheres presas por envolvimento no comércio e tráfico de drogas; *a priori*, a partir de análise empírica, arguo a primeira hipótese: a maioria das mulheres reclusa praticou delito por influência dos maridos, companheiros ou namorados, ou seja, há um componente emocional e afetivo em questão.

A primeira hipótese tem um viés de transversalidade, pois grande parte dos esposos, companheiros ou namorados das presidiárias está de forma direta ou indireta envolvida com a prática do tráfico de drogas. Nesse estudo, todavia, constatei que somente em 18,7% dos casos estudados, o delito praticado realmente teve influência masculina (afetiva). A primeira hipótese constituiu apenas um dos aspectos da realidade, pois surgiu outra *hipótese*: o negócio da droga ilícita é um espaço de geração de renda, ou seja, de inserção laboral.

Na pesquisa, verifiquei que mais de 47% das mulheres encarceradas se envolveram no negócio por estarem desempregadas e necessitarem de meios para prover o sustento para família, além do que 94,8% são mães, sendo que 84,6% têm filhos na faixa etária de 0 a 17 anos; 82,1 % são provedoras.

Diante dessa constatação, se confirma, indubitavelmente, a segunda hipótese, de sorte que posso assim dizer que o tráfico de drogas delimita o espaço de geração de renda das presas.

Os procedimentos de análise, para obtenção de resultados, são utilizados em duas dimensões. A primeira é a tabulação dos indicadores dos formulários, permitindo, além do conhecimento da realidade, a constituição do perfil das mulheres presas por tráfico de drogas.

A segunda consiste no destaque dos depoimentos de conteúdo relevante para os propósitos da pesquisa.

Nas falas, (primeiro passo), são transcritas as fitas. A coleta e a análise dos dados ocorrem simultaneamente. Pelo conteúdo dos depoimentos, procurei compreender e relacionar os relatos, à luz das teorias de autores que sustentam teoricamente a pesquisa.

Na análise, tento relacionar as informações com as teorias, estabelecendo a práxis.

## Quando o tráfico de drogas entra na vida das mulheres

O objeto de estudo é analisado a partir das questões estruturais e conjunturais, na percepção de que a crescente inserção de mulheres no negócio das drogas ilícitas está, na maioria dos casos, gestada em profundas desigualdades sociais, que, por sua vez, não podem ser dissociadas da mundialização da economia, da nova questão social, que, segundo Castel (1996), constitui não só o surgimento de novas formas de pobreza e desemprego, mas, sobretudo, o desmonte da cidadania.

Nesta linha de pensamento, Demo (1996, p.3), expressa que:

*Os novos parâmetros da produtividade permitem que a riqueza cresça, sem crescer a inserção das pessoas no sistema produtivo. Como iriam viver as maiorias que não podem auferir renda pelo emprego ou trabalho?*

A questão posta pelo autor leva-me a indagar e refletir se a não-inserção no sistema produtivo de grande parcela da população de vários países, nomeadamente do Brasil, não está contribuindo para a crescente inserção de mulheres no negócio de drogas consideradas ilícitas, ou seja, se o tráfico de drogas não constitui estratégia de sobrevivência das mulheres chefes de lar, carentes de trabalho para manter a si e família.

Zaluar, (1985, p.53) com muita propriedade, diz que

*Ninguém é bandido porque quer, é uma frase que nos traz para o terreno das determinações, das explicações objetivistas. E elas são múltiplas. Apontam para a falta de assistência do governo, a pobreza cada vez maior entre as famílias de trabalhadores, a polícia corrompida, as atrações e facilidades do tráfico, o exemplo e sedução dos bandidos da vizinhança, a revolta que os métodos violentos deste provocam.*

Certamente compreendemos que a pobreza, por si só, não é fator para instigar alguém à criminalidade, no entanto, os aspectos levantados por Zaluar (1985) são relevantes para compreensão do objeto de estudo.

A propósito, Menegat, (2003) em artigo publicado no jornal do Brasil, sob o título “o contrato social desfeito”, aponta que o aumento da criminalidade, nos últimos 30 anos reflete as contradições do sonho burguês:

*... A sociedade excludente: exclusão social, criminalidade e diferença na modernidade recente, de Jock Young, um dos criadores da escola britânica de criminologia crítica, da coleção Pensamento Criminológico, do Instituto Carioca de Criminologia e da Editora Revan, traz um feixe de luz conveniente para se colocar esta questão de um outro prisma. O ponto de partida de Young, para explicar o aparente paradoxo, são as transformações do que o autor chama de “modernidade recente”, mais conhecida nos círculos literários e acadêmicos por pós-modernidade. (MENEGAT, 2003).*

Em outros termos, não posso deixar de evidenciar que a configuração presente da Modernidade se caracteriza por um período de transição, produzido pelas profundas transformações do mercado de trabalho e pela mudança, não menos radical, dos costumes, decorrente da revolução cultural dos anos 1960. A nova condição da experiência das sociedades atuais cria uma “insegurança ontológica”, como expressão mais visível da passagem da sociedade includente do fordismo e do *Welfare-State* para a sociedade excludente do neoliberalismo.

Nesta perspectiva, conclui Menegat (2003):

*A criminalidade é um sintoma do que, parafraseando Gramsci, seria a morte de uma velha estrutura e o tardar do nascimento de uma nova - este interregno caracterizado por uma ampla gama de acontecimentos mórbidos.*

Nesse novo cenário, homens e mulheres são igualmente afetados, pela concentração de renda, desemprego e falta de perspectivas. O tráfico de drogas, até então espaço hegemonicamente masculino abre-se às mulheres.

No presídio, a maioria das reclusas tem suas vidas afetadas por problemas sociais e econômicos. São mulheres com filhos, solteiras, provedoras, que, por força da necessidade, obrigam-se a tomar as rédeas de suas vidas.



Majoritariamente, não foram elas que procuraram o crime. É o crime que, circunstancialmente, chega às suas vidas. É, pois, nessa mulher, vista pela sociedade como traficante e perigosa, que é centrado o objeto deste estudo.

Não posso deixar de considerar, também, que o ordenamento jurídico Penal é criado e executado por homens, portanto, a visão histórica que se tem é absolutamente androcêntrica. Neste sentido, as mulheres estão submetidas a uma legislação que é igualitária para os homens, no entanto, os cidadãos não serão julgados como pessoas universais, mas, como “homens” e “mulheres”.

O fato é que tanto a legislação como a doutrina, tem em sua constituição um saber apoiado em teses marcadamente centradas em pressupostos de classe e de gênero, construídas a partir de recortes hierarquizados.

Para compreender essa realidade, o estudo da categoria gênero, é fundamental, porquanto, com essa perspectiva de análise, rompe-se a invisibilidade da mulher, quebra-se o paradigma de universalidade do masculino, trazendo a lume as diferenças entre os sexos e as relações de poder estabelecidas.

Percebe-se que o conceito de gênero surge como reconhecimento de que o mundo das mulheres é parte do mundo dos homens, criado nele e por ele. Desta maneira, se adota o termo androcêntrismo dentro dos estudos de gênero, para significar a centralidade do masculino nas construções sociais e simbólicas que emergem das sociedades e culturas.

Levando-se em conta que a pesquisa de campo ocorre no espaço prisional, não posso, deixar intangíveis alguns aspectos sobre prisão. *A priori* sabe-se que o ingresso na prisão produz uma ruptura quase total das esferas principais na vida de cada indivíduo: trabalho, família e diversão. Deixa-se longe o mundo pessoal, para que, mediante mutilação do eu, possa ser controlado, vez que não pode existir controle sem submissão.

Desta forma, a prisão afeta as subjetividades tanto das mulheres como dos homens. O sistema repressivo desestrutura identidades, destrói forças e diminui a capacidade de reação e ação como sujeito social.

A condição da pessoa reclusa numa instituição deve ser considerada relevante em si mesma. Sua vida real, atitudes, idéias, sentimentos e conduta devem ser estudadas no contexto institucional. O período de internação, em ambiente especial, constitui parte significativa do período vital do indivíduo. O lapso do indivíduo internado pode deixar marcas profundas na sua subjetividade.

Às instituições fechadas, que reproduzem uma barreira à relação social com o mundo externo, Goffman (1996) denominou de instituições totais, cujos exemplos mais comuns são as prisões, os manicômios e os campos de concentração. A proibição à saída para o mundo exterior está simbolizada pela presença de portões, grades, arames farpados, o que faz com que as pessoas enclausuradas, todos os segundos, saibam o seu lugar.

Segundo Goffman, uma característica fundamental das sociedades modernas é a mobilidade, a liberdade espacial e temporal, do indivíduo. Ele dorme, come, aprende, reza, trabalha ou diverte-se, em locais diferentes, com pessoas diferentes, sob diferentes tipos de autoridade: em casa, o pai ou a mãe; na escola, a professora; no trabalho, o chefe; na igreja, o padre, na prisão o diretor etc.

O traço essencial dessas instituições é a aplicação, ao indivíduo, de tratamento coletivo e punitivo, além das muitas barreiras postas entre o preso e mundo externo. Nessa lógica, Goffman, escreve na introdução do livro *Manicômios, Prisões e Conventos*:

*Uma instituição total pode ser definida como um local de residência e trabalho onde um grande número de indivíduos com situação semelhante, separados da sociedade mais ampla por considerável período de tempo, levam uma vida fechada e formalmente administrada. As prisões servem como exemplo disso, desde que consideremos que os aspectos característicos de prisões podem ser encontrados em instituições cujos participantes não se comportaram de forma ilegal. (1996, p.17).*

Ainda segundo Goffman, as barreiras entre o preso e o mundo externo, ocasionam a mutilação do eu, isto é, o eu do prisioneiro é sistematicamente mortificado, como numa espécie de ruptura com o passado. No passado, sabe-se, repousa a vida civil do preso, sua história, trabalho e família. É como se ele fosse despojado de si e de tudo que, o completa, e o identifica.

Na leitura de Foucault, vêem-se, com clareza, as instâncias de poder que se instalam nas instituições. Seu estudo sobre prisões traz grande contribuição à análise do poder no interior das prisões. A propósito, assim reporta:

*O que é fascinante nas prisões é que nelas o poder não se esconde, não se mascara cinicamente, se mostra como tirania levada aos mais íntimos detalhes, e, ao mesmo*

*tempo, é puro, é inteiramente justificado, visto que pode inteiramente se formular no interior de uma moral que serve de adorno a seu exercício: sua tirania brutal aparece então como dominação serena do bem sobre o mal, da ordem sobre a desordem.*(1997, p.73).

Desta forma, fica evidenciado o fato de que, na prisão, o poder se instala do modo mais primário. O poder que sobre ela é exercido é “justificado”, pois esses homens e mulheres, delinquentes, insignificantes, culpados e indesejados, pisoteados, denegridos e maltratados, perdem sua individualidade, responsabilidade e dignidade, tornam-se conduzido, manipulado.

## Reconstruindo a trama

Para melhor compreensão da problemática o trabalho (a dissertação), ficou estruturado em cinco capítulos que tratam dos assuntos na seqüência especificados:

Na introdução, entre outros aspectos, como o leitor já depreendeu, fiz alguns destaques à motivação da escolha do tema, à definição do objeto de estudo, aos cuidados éticos da pesquisa, ao campo de estudo, à metodologia e ao referencial teórico, tema do referido artigo.

O item dois compreende a morfologia do tráfico de drogas, tecendo conceituações acerca dos aspectos sociais, econômicos, políticos e culturais do tráfico, nos planos internacional e nacional. Nesta perspectiva, a idéia central é entender as articulações do tráfico de drogas na realidade brasileira e internacional, dimensionando o espaço que o comércio de drogas hoje ocupa no mercado nacional e internacional, chegando a constituir um dos negócios mais rentáveis do mundo.

O item três reúne reflexões sobre negócio do tráfico de drogas como espaço de inserção laboral das mulheres reclusas, fazendo o recorte da realidade do Ceará, no IPFDAMC, trazendo, ao centro da discussão, as funções dessas mulheres no tráfico, bem como a questão de gênero presente na forma das relações estabelecidas nessa atividade.

O item quatro apresenta os dados e análise da pesquisa e, é, efetivamente, a base do trabalho, pois fornece os fundamentos da confirmação das hipóteses e oferece indicadores que delineiam o perfil da população carcerária em estudo.

No item cinco, debruço-me sobre a discussão de aspectos da legislação penal brasileira e a questão de gênero e políticas públicas, dando ênfase ao drama crucial vivenciado pelas reclusas, que se constitui na falta de assistência à família, ou seja, o abandono a que são submetidos os componentes os familiares e, de forma especial, os filhos menores.

Por fim, no item seis, são tecidas as considerações finais, apontando possíveis saídas para questão, via políticas públicas, após o que procedo algumas recomendações afim de linear condutas de planejamento oficial, tentando assim contribuir na soluções dos problemas conhecidos na execução deste meu experimento, bem como aqueles revelados pelos meus achados.

**Key-words:** gender, poverty, drug traffic and prison.

**ABSTRACT:** The drug traffic is the second most income-producing business in the world, with characteristics of permanence and constitution to life parallel to the formal job market. Economically, there is a new alternative of subsistence, with its own characteristics and values. The women's adhesion, in this "activity" has, in the last years, been progressive, changing the statistics from 32.6% in 1988, to 56.1% in 2000. In the state of Ceará, in 1997, there were in Fortaleza, 1,452 arrested men and 105 women, from which, 55, condemned by drug traffic, representing 52.4%. Between October 2003 and August 2004, period of this research, from 217 arrested women, 134 were arrested due to drug traffic, altering the statistics to 61.8%. This reality encourages us to investigate and analyze the interrelations between drug traffic and the growing insertion of women in this practice, legally considered as illicit. Our space clipping is the feminine penitentiary in the state of Ceará, Brasil, Instituto Penal Feminino Desembargadora Auri Moura Costa (IPFDAMC). The work now presented is a short account of our field visit, our encounter and perplexity before the dryness of prison, data research, preparatory interviews to define the criteria of inclusion of the subjects of the research, the methodology applied, the theoretical referential, in short, the way we searched through to comprehend the studied subject.

## REFERÊNCIAS

ACSELRAD, G. Revisitando a crítica ao mito da marginalidade. In: ACSELRAD, G. **Verso do prazer: drogas, AIDS e direitos humanos**. Rio de Janeiro: Editora FIOCRUZ, 2000. cap. 4, p. 75-90.

ADORNO, S. Sistema Penitenciário no Brasil, problemas e desafios, **Revista USP (São Paulo)**, v.9, 2000.

ALMEIDA, M. Distância dos filhos faz presa tentar suicídio 2 vezes. **Jornal Diário do Nordeste**, Fortaleza: 23 ago. 2003. Caderno: Cidade, p.112.

ARENDDT, H. **A condição humana**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, p.151,1989.

BARATTA, A Introdução a uma sociologia da droga. In: MESQUITA, F., BASTOS, F.I. (orgs.) **Drogas e Aids**: estratégias de redução de danos. São Paulo: HUCITEC, 1995.

BERNARDE, E. Porque o Tráfico é o Negócio do Século. Tráfico: a Verdadeira Economia Clandestina. **Veja**. São Paulo: Editora Abril, 2001.

BRASIL. Constituição Federal. **Código civil, Código penal, Código de processo penal e legislação complementar**. [Editora Jurídica da Editora Manole]. Barueri, SP: Manole, 2003.

CASTEL, R.C. **As metamorfoses da questão social**: Uma crônica do salário. Petrópolis: Vozes, p. 33 1996.

COGGIOLA, O. O comércio de drogas hoje. Olho da história. **Revista de História Contemporânea**, v. 4. 1996. Disponível em: <<http://www.ufba.br/~revistao/sumario4.html>>. Acesso em:

CUNHA, M.I. Entre o bairro e a prisão: **tráficos e trajectos. Portugal: Fim de Século - Edições, Sociedade Unipessoal, Ltda, 356p. 2002.**

DEMO, Pedro. Charme da exclusão social. **São Paulo: Editora Autores Associados, 1998.**

FLYNN. Stephen E – **Erosión de la soberanía y la incipiente globalización del narcotráfico, El Narcotráfico**, editor Colin M. MacLachlan. Revista Occidental, 1998.

FOUCAULT, Michel. Michel. **Microfísica do poder**. Rio de Janeiro: Edições Graal. 1996.

\_\_\_\_\_. **Vigiar e punir**. Petrópolis: Ed. Vozes, 1977.

FROTA, M.H. de Paula. Interpretando a categoria gênero de Joan Scott. In: FROTA, M.H. DE Paula e OSTERNE, M. S. Ferreira (Org.) et al. – **Família, gênero e geração**: temas transversais. Fortaleza: EDUECE, 2004, P. 13-32.

GARRAFA, V. **Dimensão da ética em saúde pública**. São Paulo: Edusp, 1995.

GOFFMAN, E., **Manicômios, prisões e conventos**. São Paulo: Editora Perspectiva, 1996.

GRUPO RETIS. **O comércio ilícito de drogas e geografia da integração financeira**. Disponível em: <<http://www.igeo.ufij.br/fronteiras/index.htm>>. Acesso em: 23 ago. 2004.

IBGE - CENSO 2000. Folha de São Paulo, 20 dez. 2001. Página Especial.

KARAM, M.L. Legislação Brasileira Sobre Drogas: historia recente a criminalização da diferença. In: ACSELRAD, G. (org.) **Avessos do Prazer, Drogada aids e Direitos humanos**. cap. 8. Rio de Janeiro: Editora FIOCRUZ, 2000.

MAZZOTTI, P. **Las drogas, sus implicaciones culturales, políticas y economicas**, Barcelona:España, Ed. Anagrama 1999.

MENEGAT, M. O contrato social desfeito. **Jornal do Brasil**. Caderno Idéias. 31/05/2003. Disponível em: <<http://www.revan.com.br/catalogo/0268a.htm>> Acesso em: 12 set. 2005.

MIRABETE, J.F. **Execução penal**, Comentários à Lei nº 7.210 de 11/07/84, 5. ed. Revista e Atualizada. São Paulo: Atlas, 1992.

Murray, I. **Droga é motivo de 60% das prisões**. Disponível em: <[http://www.bbc.co.uk/portuguese/noticias/2001/011115\\_prisaodrogas.shtml](http://www.bbc.co.uk/portuguese/noticias/2001/011115_prisaodrogas.shtml)>. Acesso em: 10 out. 2005.

NERI FILHO, A. Preconceitos e conceitos sobre drogas. In **Drogas, aids e sociedade**. Brasília: CDIC, 1995.

RODRIGUES, T. **Políticas e drogas nas Américas**. São Paulo: EDUC: FAPESP 334p. 2004.

SANTANA, A. A globalização do narcotráfico. **Revista Brasileira de Política Internacional**, v 42, n.2, p. 99-116. 1999. Disponível em: <<http://ftp.unb.br/pub/UNB/ipr/rel/ibpi/1999/1312.pdf>>. Acesso em: 18 jun. 2004.

SCRECCIA, E. **Manual de Biomética**. II Aspectos médico Sociais. tradução Orlando Soares Moreira. São Paulo: Loyola 1991.

Dilacerando os fios, tricotando às avessas, construindo a trama:  
mulher, tráfico de drogas e prisão.

SOIHET, R. Mulheres pobres e violência no Brasil urbano. In: PRIORE, Mary Del. **Historia das mulheres no Brasil**. São Paulo: Editora Contexto, 2004.

VARGAS, R. **Drogas, poder y region en Colombia**. (comp). Bogotá: Cinep, p. 71, 1994.

ZALUAR, A. **A máquina e a revolta**: As organizações populares e o significado da pobreza. São Paulo: Editora Brasiliense, 1985.